

A relação entre ideologia e sistema etnocêntrico

Denize Terezinha Teis e Mirtes Aparecida Teis

Índice

1 Introdução	1
2 A construção da identidade étnica	1
3 Ideologia	3
4 A ideologia na manutenção do sistema etnocêntrico	5
5 Considerações finais	8
6 Referências bibliográficas	8

1 Introdução

A sociedade brasileira é composta por três grandes grupos étnicos: o negro (proveniente do continente africano), o branco (proveniente do continente europeu) e o indígena (americano). O contato entre essas etnias, no Brasil, é intermediado por um sistema etnocêntrico. O grupo étnico com maior poder bélico, o branco, se relacionou (nos primórdios da colonização brasileira) e ainda se relaciona com os demais grupos, tendo como base uma ideologia de dominação e exploração dos mesmos. Assim, a sociedade contemporânea brasileira privilegia valores que são determinados por um único grupo do sistema: o europeu, ou seja, o homem branco ocidental.

Esses valores são considerados superiores em relação aos valores culturais dos demais grupos que compõem o nosso sistema étnico. Portanto, os valores culturais dos negros e indígenas são considerados inferiores

e seus membros associados a imagens negativas, sendo, por isso, estigmatizados e excluídos. Dessa maneira, a sociedade pressiona os membros de todos os grupos do sistema a se assemelharem ao único modelo apresentado como positivo: o modelo do branco e, conseqüentemente, a compartilhem de sua cultura e de sua identidade cultural.

Com o intuito de problematizar essas questões, objetiva-se, nesse trabalho, discutir a relevância da ideologia no processo de construção da identidade étnica e no processo de consolidação do modelo de identidade pautada nos valores do homem europeu que sustenta o sistema etnocêntrico. Para isso, definiremos, inicialmente, os termos raça e etnia a fim de discutirmos, então, o papel da ideologia no processo de construção da identidade étnica.

2 A construção da identidade étnica

O conceito de raça está associado a uma base biológica. Até aproximadamente os anos de 1930, acreditava-se que as diferenças na maneira de cada grupo viver eram devidas às diferenças “raciais”. Ou seja, as diferenças não eram vistas como culturais, aprendidas. Eram vistas como inatas aos respectivos grupos humanos.

Segundo Loureiro (2004), o termo raça foi usado, pela primeira vez, nos estudos de George Cuvier no início do século XIX. Cuvier observava as diferenças entre os grupos humanos e agrupava-as em categorias e classificava os grupos humanos pelas características que denominava raciais. Para isso, usava o modelo epistemológico de classificação comum às ciências do período, tais como botânica e geologia.

Com o advento do culturalismo passa-se a perceber que as diferentes formas de organização social, de hábitos e de crenças são aprendidas nas relações sociais. Os Estudos Culturais destacam, então, que a humanidade não se divide em espécies, nem tampouco pode ser classificada, embora, ao longo da história, algumas tentativas tenham sido feitas nesse sentido, com interesses de dominação de alguns grupos sobre outros.

Hoje, para as ciências biológicas, a raça humana é única e os grupos que a compõem ficam mais bem designados como étnicos. Fredrik Barth (1989) define grupos étnicos como tipos, formas de organização social cuja definição deve ser vista em termos de adscrição. Isso significa que a definição de grupo étnico reside na identificação que seus membros fazem de si mesmos e de outros para se organizarem e interagirem socialmente. O conceito de etnia está relacionado à consciência de uma origem comum. Ou conforme Cunha (1986, p. 111), “os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção entre eles próprios e os outros grupos sociais com os quais interagem”. Nessa acepção, o que define os diferentes grupos étnicos é o estabelecimento da fronteira entre um e outro, o que é feito pela atribuição da diferença, pelos traços diacríticos (Cunha, 1986). O que importa não é a manu-

tenção dos traços em si, mas da diferença que origina a identidade e que é estabelecida contextualmente por meio de traços maleáveis e flexíveis. Dessa maneira, por exemplo, um índio não deixa de ser índio porque não usa pena, urucum ou tanga. Sua cultura não deve se manter em uma suposta integridade; o que o define como índio são as fronteiras, e essas são traçadas por elementos que têm origem cultural, mas são escolhidos em contexto.

Na antropologia, um grupo, para ser designado como étnico deve pelo menos possuir algumas das seguintes características: um crescimento no número de seus membros, principalmente por meios biológicos; compartilhar valores culturais explícitos e importantes na história do grupo; ter um campo de comunicação e interação; e, finalmente, os membros se identificam e são identificados por outros como constituintes de um grupo que se distingue dos demais (OLIVEIRA, 1976).

Pensar em identidades étnicas requer que pensemos no processo de identificação, uma vez que não basta que as identidades estejam lá, enquadrando e convocando o sujeito a assumir uma dada posição-de-sujeito, mas é preciso que o sujeito invista naquela posição, que haja uma identificação do sujeito em relação à identidade, o que deve ser pensado como uma articulação, e não como um processo unilateral (HALL, 2000, p. 112).

Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tal, o faz como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com o qual se defronta. É uma identidade que surge como oposição. Ela não se afirma isoladamente. A identidade étnica se afirma negando a outra identidade, “etnocentricamente por ela visualizada” (OLIVEIRA, 1976, p. 05).

Muitas vezes, a etnia se contrasta com uma etnia que Oliveira (1976) chama de “etnia de referência”, que pode ter um caráter tribal ou nacional. Quando uma das etnias dentre todas as que formam o sistema interétnico é apresentada como modelo, temos um sistema etnocêntrico que se consolida ideologicamente. Porém, de que forma a ideologia possibilita essa consolidação?

3 Ideologia

No que concerne à ideologia, há uma conceituação muito ampla e variada, conforme esclarece Eagleton (1997, p. 15):

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhas a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Hall (1996), assume uma concepção de ideologia capaz de representar diferentes grupos e classes, que existe materialmente nas práticas sociais e nos signos na forma de discurso. Nas palavras de Hall (1996, p. 26), ideologias são:

as estruturas mentais – as linguagens, os conceitos, as categorias, as imagens do pensamento e os sistemas de representação - que diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível o modo como a sociedade opera.

A ideologia, nesse sentido, trata-se, então, de um discurso sobre a realidade, o que fica mais fácil de compreender se tomamos como fato que só podemos ter acesso à realidade por meio do discurso que a organiza.

Poderíamos, então, conceber ideologia como um discurso que “empregado” por uma classe ou grupo social – o que significa que estes discursos não são nem necessariamente produzidos dentro destas classes ou grupos sociais, nem que eles sejam reflexos destas classes ou grupos sociais – organiza uma determinada representação da realidade e que, ao refletir uma determinada posição, estabelece relações de poder com as demais posições, com outras representações da realidade, com outros discursos.

Um discurso é ideologia quando classes e grupos sociais o empregam para dar sentido, ao modo como a sociedade opera. Para Pechêux (1988, p. 160):

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que vale dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Trata-se da formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) [grifos do autor].

As formações ideológicas referem-se aos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado, que, na concepção de Althusser (1983) não se incluem somente o Estado, mas diferentes formas de organização social (família, arte, política, igreja, etc.) que se referem a um determinado aspecto da sociedade, e comportam posições de classe ou grupos sociais. Essas formas de organização da sociedade são, também, Aparelhos Ideológicos, ou seja, também configuram relações de poder no e pelo discurso.

Por outro lado, formações discursivas são os discursos empregados por diferentes classes e grupos sociais para dar sentido, ou seja, são aquilo que estamos chamando de ideologia.

As formações discursivas significariam para Marx “o conteúdo das formas ideológicas [...], a expressão do ideal das relações materiais dominantes” (1980, p. 55), sendo o seu conteúdo dado pela classe que, por deter os meios de produção, o material, detém também os meios de produção intelectual. Nesses termos, poderíamos dizer que os significados predominantes sobre a realidade, em nossa sociedade, são os dos grupos dominantes, ou seja, grupos possuidores de maiores recursos materiais (no caso da composição étnica brasileira refere-se ao homem branco ocidental). Marx e Engels (1980, p. 55) observaram em uma das passagens mais reproduzidas do clássico “A ideologia alemã”:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a “potência” dominante espiritual. A classe que dis-

põe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias de seu domínio.

Ressalta-se, no entanto, que nem todo discurso, nem toda formação simbólica é ideologia, mas somente o é quando serve para dar sentido a algo que lhe é externo, estabelecendo relações de poder - que são, de todo modo, inerentes ao funcionamento dos signos, mas que não são inerentes ao próprio objeto, como nos mostra Bakhtin (1992, p. 31-32):

Em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar outra coisa. Todavia, um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética.

Temos, então, que “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN, 1992, p. 32), porque o signo só pode existir por força da ideologia.

Nenhum discurso traz, em si, o seu sentido, mas é sempre significado por um outro discurso que, num contexto determinado,

opera como ideologia. É na escolha do discurso que vai operar como ideologia que atuam os interesses de classe ou grupo social que “empregam” a ideologia (HALL, 1996). É na definição de qual discurso irá determinar o sentido que se dá às relações de conflito no universo do simbólico. É na configuração da formação discursiva, ou seja, daquilo que, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina “o que pode e deve ser dito” e determina o sentido possível dos discursos. Será, pois, no terreno dos fenômenos culturais, da cultura, que serão travadas as relações de conflito, de poder, de dominação - representadas em diferentes posições de valor -, por meio da mobilização das ideologias e dos processos de identificação.

Desse modo, ao pensarmos a ideologia a partir da linguagem, a concebemos como um “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 1999, p. 96) que, por sua vez, expressa “sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1985, p. 82) e, desta forma, busca, por meio de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, a perpetuação ou a reprodução das relações de produção/exploração. Para tanto, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, isto é, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico que, com a impressão de estar exercendo sua própria vontade, acaba sendo conduzido por ela. A ideologia caracteriza-se, enfim, por sua dissimulação no interior de seu próprio funcionamento, colaborando na constituição do sujeito e na produção de sentido.

4 A ideologia na manutenção do sistema etnocêntrico

Oliveira (1976) destaca a importância da ideologia como um aspecto relevante no processo da construção da identidade e na manutenção do sistema etnocêntrico. Para o autor, a identidade étnica está estruturada em um sistema de relações regido por uma ideologia e supõe um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações.

A ideologia utilizada para a manutenção de um sistema etnocêntrico caracteriza-se por uma tentativa do grupo dominante – o homem branco - em homogeneizar a sociedade segundo seus próprios valores no estabelecimento de uma hierarquia cultural, étnico-racial ou na afirmação de uma identidade étnica e cultural única para todos.

Sua ideologia (ou seu discurso que traduz os significados atribuídos à realidade) promove representações simbólicas sobre sua cultura e a cultura de outros grupos étnicos. Nesse processo, a ideologia atua em função da valorização de tudo o que se refere à etnia branca e, logo, na constituição de uma identidade positiva para esse grupo étnico e na desvalorização do que se refere às etnias afro-descendentes e indígenas.

A identidade é, assim, um discurso que classifica a realidade determinando o que está dentro e o que está fora da identidade e é “mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2000, p. 109). Podemos dizer que o discurso das ideologias é explicativo, buscando responder “como o mundo funciona”, e o das identidades, classificatório: “quem/o quê sou eu e quem/o quê é o outro” (HALL, 1997, p. 8).

A valorização de determinada identidade étnica em detrimento de outra reflete na valorização de diferentes etnias. Assim, se a identidade cultural do homem branco europeu for considerada “ideal”, também será sua etnia. Os demais modelos étnicos e culturais, então, opostos a esse ou excluídos desse modelo, também serão depreciados.

Não se trata de afirmar que a construção das identidades dê-se sempre pela valorização do Eu frente ao Outro, mas que, ao afirmar as diferenças, necessariamente, são estabelecidos critérios de valor.

Ou seja, as ideologias determinam o que pode ou não ser “dito” pelas identidades, que identidades podem ser formadas e que posições de poder podem ser assumidas pelas identidades em uma determinada conjuntura, em uma determinada cultura (uma dada forma como se articulam os fenômenos simbólicos nos contextos sociais estruturados).

O processo de formação da identidade não cria, em si, uma posição de valor do sujeito. É a ideologia compreendida como um discurso que é ativado pelos diferentes grupos sociais que busca dar sentido e tornar inteligível o modo como a sociedade opera, e participa dos diversos processos discursivos “fixando” o sentido dos diferentes discursos e determinando as posições de sujeito, as identidades que podem ser formadas, as relações de assimetria entre elas numa determinada cultura, e que se refere a um determinado contexto social estruturado. É por meio das diferentes *posições de valor* atribuídas na articulação entre as identidades e as culturas que os conflitos são estabelecidos, no e pelo discurso, com o objetivo de perenizar ou modificar as relações de poder presentes na sociedade.

A tentativa do grupo dominante em homo-

geneizar a sociedade afirmando uma identidade étnica única para todos justifica-se no fato de que toda identidade busca ser hegemônica, traz em si um projeto, um desejo de hegemonia ao organizar as relações sociais de uma determinada forma. É nesse sentido que vemos as identidades como um campo de disputas de poder. Devemos admitir, de todo modo, que os discursos de identidade são discursos que, embora constantemente perturbados pela diferença, procuram um fechamento, uma ilusão de verdade, de essência, um centro ao qual tudo possa ser referido e ao qual possamos apontar como causa principal.

Ao comentar os impactos das crescentes trocas culturais resultantes do processo de globalização, Hall descreve a existência de

[...] fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade. Dois exemplos são o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo. (HALL, 1997, p. 101)

O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas. (HALL, 1997, p. 91) Daí a matança consentida de milhares de indígenas durante o período colonial brasileiro e a escravização perversa de negros nesse mesmo período.

Assim, embora haja uma tentativa de “preservação das identidades” negra e indígena (veiculadas principalmente através dos meios de comunicação social), uma mensa-

gem silenciosa, como resultado do etnocentrismo do homem branco, é endereçada a afro-descendentes e indígenas e diz que para que possam existir, tem de almejar serem brancos e compartilharem dos valores culturais do branco. Essa dinâmica social nega a identidade positiva de índios e negros. Entre os negros, principalmente, há uma tendência a negarem sua negritude e buscarem a maior aproximação possível dos valores cultuados pelo homem branco.

Quando as pessoas negras e indígenas aceitam, ainda que sem o saberem, essa exigência de terem de negar sua própria etnia para serem reconhecidas socialmente, fazem-no porque a manutenção da identidade dos membros de um sistema interétnico é muito influenciada pela ideologia que rege o sistema, à medida que este lhe oferece vínculos sociais assegurados pela pertinência a um determinado grupo. Isso ocorre porque, de acordo com Loureiro (2004, p. 69):

Entre as necessidades psicológicas dos indivíduos está a de assegurar o sentimento de identidade, que os leva a procurar se integrar em grupos ideológicos. Os grupos ideológicos podem chegar a funcionar, precisamente, como um continente que abrange e delimita, ao mesmo tempo discrimina e consolida a ideologia e a identidade dos membros que o constituem.

Dessa forma, se a identidade também pode ser concebida como uma representação de si, uma idéia de si mesmo, talvez possa ser também compreendida como parte desse corpo coerente de imagens e idéias, em que modelos de identidade “são ofertados”. Esses modelos, com os quais os indivíduos se identificam, oferecem aos membros uma orientação

dentro da teia das relações sociais, ou seja, dentro do sistema de relações interétnicas.

A ideologia, nesse processo, passa a organizar e manter as crenças e valores articulados com uma certa coerência, orientando as práticas religiosas, as atividades estéticas, filosóficas e morais dos indivíduos.

No processo de identificação étnica, as pessoas se identificam com características que obedecem a um padrão que rege determinado sistema interétnico, que no caso brasileiro, são estabelecidos pelo homem branco ocidental desde os primórdios da colonização brasileira.

O sistema interétnico brasileiro nega os segmentos negro e indígena da população, ao mesmo tempo que os submete a uma dinâmica de dominação e exploração. Costuma traduzir-se em relações de dominação e sujeição, implicando um sistema de representações étnicas de conteúdo ideológico. Assim, sobre indígenas e negros são projetadas representações negativas, dando a esses grupos sentimentos de menos valia, que serve a uma lógica de dominação, por parte dos brancos, e sujeição, por parte de negros e índios.

Ao segmento negro da população, por exemplo, estão associados vários atributos negativos surgidos nas relações sociais no período da escravidão, tais como: malandragem, delinquência e ausência de valores morais. Ao segmento indígena estão associados atributos negativos como preguiçosos, sujos, cruéis “atrasados” culturalmente, primitivos. De acordo com Melatti (1987), o julgamento de que os índios são preguiçosos deve-se à idéia popular de que os mesmos não aproveitam e/ou utilizam suas terras adequadamente.

Nesse contexto, quando uma pessoa se identifica com as representações negativas

a respeito de seu grupo étnico-racial, está dando forma e vida a essas representações. Nesse momento, assume a ideologia do “*status quo*” do sistema interétnico e abre mão de um possível movimento coletivo que transforme sua condição de existência.

Dessa forma, o grupo explorado não consegue produzir uma representação de si e da(s) outra(s) identidade(s) que lhe é complementar, sem se utilizar das representações ideológicas que regem o sistema. Nesse processo, uma pessoa discriminada por motivos étnico-raciais generaliza para todos os membros de seu grupo as representações negativas que lhe foram imputadas.

A alienação da identidade étnica exprime a alienação do processo ideológico de dominação e exploração em que se dão as relações interétnicas.

5 Considerações finais

O sistema interétnico brasileiro foi etnocêntrico desde sua origem. O grupo que tinha maior poder bélico e econômico, formado na época pelos europeus, dominou e explorou os outros dois grupos que fazem parte do nosso sistema: os negros e os índios.

A base para os sistemas interétnicos etnocêntricos é constituída pela ideologia de dominação que está implícita nas relações sociais e se faz presente em todas as dimensões da vida social, na gramática (língua), nos costumes e nos rituais.

Nessa ideologia, está implícito que os membros de todos os grupos étnico-raciais que compõem o sistema precisam se identificar com o modelo do grupo dominante, para obterem reconhecimento social. Essa dinâmica dificulta o processo de identificação de pessoas pertencentes a grupos estigmatiza-

dos, tais como indígenas e afro-descendentes com seu próprio grupo de pertencimento.

Essa situação gera alienação e realimenta a ideologia de dominação. Por isso, construir uma identidade étnica positiva aos grupos estigmatizados, resgatar os valores de diferentes etnias e exigir igualdade de direitos nas relações sociais são algumas das maneiras de promover uma contra-ideologia para afrontar a ideologia de sustentação do sistema interétnico etnocêntrico. As diversas instituições sociais ao lado dos meios de comunicação podem divulgar o que há de original e positivo em todas as etnias para que a identificação negativa das minorias étnicas seja, aos poucos, sendo desconstruída e, em seu lugar, surjam representações sociais positivas a todas as etnias.

6 Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- BAKHTIN, Michail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira), 6. ed., São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p.185-227.
- COHEN, William. *Français et Africains*. Paris: Gallimard, 1980.
- CUNHA, M. *Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Edunesp: Boitempo Editorial, 1997.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. Tradução Tomaz Tadeu da Silva). In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HALL, Stuart. The problem of ideology. Marxism without guarantees. In MORLEY, David & CHEN, Kuan-Hsing (orgs.). *Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies*. London-New York: Routledge, 1996.
- LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. *Identidade étnica em re-construção*. Belo Horizonte: Editora Lutador, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988.